**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS ENTRE A CEASAMINAS
S/A E EFFICACE CONSULTORIA E
AUDITORIA LTDA – OBJETO –
ENQUADRAMENTO DA
CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS
ATIVIDADES ECONÔMICAS – CNAE**

Por este instrumento, em decorrência do Processo Interno 14/2017, e de dispensa de licitação nos termos do art. 24, IV da Lei nº 8.666/93, **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A – CEASAMINAS**, sob controle acionário da União, sediada às margens da BR 040, km 688, s/nº., em Contagem/MG, CEP: 32145-900, Fone: 3399-2122, Fax: 3394-2709, CNPJ - 17.504.325/0001-04, representada pelos Diretores, infra-assinados, ora denominada **CEASAMINAS**, e **EFFICACE CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA.**, com endereço na rua Desembargador Jorge Fontana, nº 80, sala 1204, Bairro Belvedere, CEP: 30320-670, Belo Horizonte/MG, e-mail: ivone@csantos.com.br, telefone (31) 3262-0220, na sequência denominada **CONTRATADA**, representada pelo sr. **Almiro Rogério Oliveira Valicele, RG MG 11.128.519**, resolvem, nas cláusulas e condições seguintes, e, ainda, considerando que:

- 1 - Em razão da natureza do serviço a ser prestado e do baixo valor da contratação, que inviabiliza a contratação por intermédio de procedimento licitatório;
- 2 - A CI DEJUR 271/2017 (fl. 37 do PI 14/2017), que esclarece todo histórico do procedimento;
- 3 – Considerando a determinação do diretor financeiro da Ceasaminas S/A à fl. 03 deste procedimento interno, que determinou a contratação direta;
- 4 - Instrui o presente contrato quadro comparativo de preços, no qual a **CONTRATADA** apresentou melhor valor, justificando-se, assim, sua escolha e restando atendido o art. 26, parágrafo único, II, da Lei 8.666/93;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, assessoria e consultoria fiscal e tributária para análise do artigo 3º do Estatuto Social da Ceasaminas S/A, de forma a adequar seu enquadramento principal e secundário na Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE, com sua respectiva alíquota RAT a ser aplicada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 - O prazo de execução é de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, quando deverá ser entregue o relatório final e consolidado, com todos os trabalhos desenvolvidos e apresentação respectiva.

2.2 - O objeto deste contrato será recebido após a concordância expressa do chefe do departamento de Contabilidade da regularidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 - É dever da CONTRATANTE providenciar e fornecer toda a documentação necessária para execução dos serviços mencionados na cláusula primeira deste contrato, dentro do prazo hábil, responsabilizando-se pelas omissões, bem como pagar a remuneração descrita na cláusula quinta deste contrato.

3.2 - O contratado se responsabiliza a prestar os serviços descritos na cláusula primeira no prazo legal e melhor resultado possível, com meios de transporte, material técnico e equipamentos próprios, e compromete-se a comparecer a sede da CONTRATANTE nas datas agendadas e solicitadas pela CONTRATANTE, além de solicitar a documentação necessária em tempo hábil.

3.3 - O contratado desempenhará os serviços constantes na cláusula primeira com todo o zelo, diligência e honestidade, resguardando os direitos da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA RELAÇÃO JURÍDICA DE NÃO EXCLUSIVIDADE

4.1 - O CONTRATADO prestará os serviços descritos na cláusula primeira por conta e risco próprio, sem a mínima ingerência da CONTRATANTE e sem qualquer subordinação hierárquica à mesma, sem sujeição a jornada de trabalho e sem qualquer exclusividade.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO E DESPESAS

5.1 - O valor total para prestação dos serviços descritos na cláusula primeira é de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), sendo que os pagamentos serão realizados na proporção de 50% no início dos trabalhos e 50% após a conclusão dos mesmos.

5.2 - O contratado é responsável e arcará com todos os gastos necessários ao cumprimento do objeto deste contrato, como cópias, telefonemas, estacionamento,

transporte, alimentação, hospedagem, viagens, passagens, diligências de correspondentes e outras referentes à execução dos trabalhos aqui previstos.

5.3 - O valor total deste Contrato é R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

5.4 - Os pagamentos serão através de depósito bancário em favorecimento do CONTRATADO, no Banco Itaú, Agência 0689, Conta Corrente 14174-5, Efficace Consultoria Auditoria Ltda., CNPJ 22.768.819/0001-36, com a consequente emissão de nota fiscal de prestação de serviços emitido pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1 – O chefe do Departamento de Contabilidade da CEASAMINAS desempenhará a função de Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO AUMENTO E DA SUPRESSÃO

7.1 – No interesse da CEASAMINAS, o valor inicial atualizado da dotação orçamentária poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.

7.2 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 – Ficará impedido de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se a CONTRATADA:

- a) Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar Contrato;
- b) Ensejar retardamento da execução do objeto do certame;
- c) Cometer fraude fiscal;
- d) Apresentar documento ou declaração falsa;
- e) Não mantiver a proposta;

- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Falhar ou fraudar na execução do contrato.

8.2 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

8.3 – Além do acima exposto, a adjudicatária sujeita-se às penalidades abaixo descritas:

8.3.1 – Aplicação, pela **CONTRATANTE**, das sanções constantes nos artigos 86 e 87, da lei n.º 8.666/93, pela inobservância das condições estabelecidas para o fornecimento ora contratado, a saber:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses, conforme disposto no inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93;
- c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso na entrega, sobre o valor correspondente ao item ou parte do item a ser fornecido, com limite do percentual de 20% (vinte por cento);
- d) Multa de 20% (vinte por cento) do valor total da obrigação, pela não entrega dos produtos ou pela não assinatura do Contrato;
- e) Multa de 10% (dez por cento) a ser aplicada sobre o valor correspondente ao item, ou parte do item entregue fora das especificações ou com defeitos, a qual será descontada do valor relativo à próxima parcela a ser paga. Quando aplicada no último mês do fornecimento, será descontada da garantia, se prestada mediante caução em dinheiro; se efetivada em outras modalidades, poderá ser retida do último pagamento devido; não havendo garantia e se o pagamento tiver sido realizado, a multa deverá ser depositada na conta da **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA**, mediante guia de recolhimento a ser fornecida pela autoridade aplicadora da multa.

8.3.2 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.4 – Será assegurado ao fornecedor, previamente à aplicação das penalidades mencionadas neste item, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

8.5 – A aplicação de uma das penalidades previstas neste item não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

8.6 – As multas não eximem a **CONTRATADA** da plena execução do Contrato.

8.7 – O desempenho insatisfatório da **CONTRATADA** será anotado em sua ficha cadastral junto a **CEASAMINAS**.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

9.2 – A rescisão do Contrato poderá ser:

9.2.1 – determinada por ato unilateral e escrito da **CEASAMINAS**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou

9.2.2 – amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CEASAMINAS**; ou

9.2.3 – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

9.3 – A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – Os recursos orçamentários para atender o pagamento do objeto deste Contrato pelo período de 30 (trinta) dias estão disponíveis e autorizados, conforme dotação orçamentária n.º **243.190**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Contagem para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 – A publicação do Contrato, sob a forma de extrato será promovida pela **CEASAMINAS**.

12.2 – E por estarem assim ajustadas, as partes com as testemunhas assinam o presente instrumento de Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Contagem/MG, 09 de junho de 2017.

[REDACTED]
Gustavo Alberto França Fonseca
Diretor Presidente Ceasaminas

[REDACTED]
Juliano Maquiaveli Cardoso
Diretor Financeiro Ceasaminas

[REDACTED]
Efficace Consultoria E Auditoria Ltda
Almiro Rogério Oliveira Valicele

[REDACTED]
Názio Veloso da Silva
Fiscal do Contrato

[REDACTED]
Testemunha: Valter Vagner da Fonseca
CPF xxx.163.826.xx

[REDACTED]
Testemunha: Mara Virgínia Ferreira
CPF xxx.441.826-xx